

SESSÕES DO PLENÁRIO

35ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 02 de Janeiro de 2014 .

PRESIDENTE: DEP. YULO OITICICA (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto . (43)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):-Invocando a proteção de Deus, dos santos, encantos e axés da Bahia, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar a proposta de Emenda Constitucional nº 134/2013, de autoria do Poder Executivo.

Há sobre a Mesa um requerimento feito pelos deputados infrafirmados com base no que dispõe o inciso II, do art. 92 do Regimento Interno, que requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta com o objetivo de apreciar o parecer, como já disse, da Emenda Constitucional nº 134/2013.

Não há expediente a ser anunciado. Não há orador no Pequeno Expediente. Não há orador no Grande Expediente. Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. Gaban: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica): - Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, solicito que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Exª será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender o pedido de questão de ordem do deputado Gaban, solicito que o painel seja zerado e seja contado o tempo regimental. Convocamos todos os deputados da Base do governo que se encontram presentes na Assembleia que venham ao Plenário registrar suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a também será atendido.

Zerem o painel. Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que se encontram no Poder Legislativo, em seus gabinetes, na sala do cafezinho, por favor, interrompam suas atividades e venham ao Plenário imediatamente pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão formulado pelos deputados Gaban e Carlos Brasileiro.

Portanto, solicito aos deputados Gaban e Carlos Brasileiro que marquem suas presenças.

(O Sr. Presidente procede à verificação do quórum)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Já havendo quorum para a continuidade da sessão, com a palavra o Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não havendo orador, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Usarei todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a, deputado Gaban, dispõe de até 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a, deputado Gaban, dispõe de até 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas que vários colegas têm solicitado via informação, até para esclarecer. Efetivamente, todo mundo sabe que na hora que for colocada essa PEC, logo após a leitura do relatório, eu já tinha antecipado que vou solicitar vistas, e a gente vai ter mais um prazo de 5 dias, já que foi feito um acordo na votação passada, de que não seria solicitado prioridade. Então, vai estabelecer o prazo normal de 5 dias de tramitação da PEC e hoje estava tudo caminhando para que usássemos o Pequeno Expediente para manifestações daqueles que assim o quisessem, e dividindo o tempo entre o governo e oposição.

Mas, em função dessa nota publicada pelo deputado Líder do governo, aí somos obrigados, é esse o motivo, meus caros deputados, para esclarecimentos, vamos utilizar os nossos horários regimentais, são 33 minutos que cabe à oposição, para debater esse tema e o que a gente achar pertinente. Apenas em sinal de protesto a uma nota que faltou com a verdade, porque não se pode dizer que o governo Wagner fez um pagamento de débitos anteriores de dos nosso governo, o que não foi verdade.

Temos que esclarecer que a nota tem várias falhas técnicas, várias inverdades e, mais uma vez, já que o fiz, vou voltar ao assunto. Temos que deixar bem claro.

Quem aportou no seu último ano de governo os 450 milhões foi Paulo Souto. Ele que fez o aporte do seu último ano do primeiro governo. Estou na dúvida. O deputado Targino está dizendo que é 400. Na minha memória está 450 milhões. Mas, vamos lá.

Quem fez o aporte foi o governador Paulo Souto. Foi, inclusive, motivo de matérias nacionais, destaque da imprensa nacional elogiando um governador que me parece, foi um dos primeiros a ter esse comportamento técnico em preocupação com o funcionário público, na época da sua aposentadoria. O sistema de Previdência já vinha com sérios problemas no país inteiro, isso é verdade, no mundo inteiro, não deixa de ser uma verdade. Até porque a Constituição de 88 criou uma série de benefícios que não diziam quem ia pagar a conta.

Então, o rombo era uma coisa mais do que prevista. E acabou acontecendo. Mas quem primeiro fez o aporte foi o ex-governador Paulo Souto. Veio depois sucedendo o governador César Borges. Na época que tinha sido feita, fez a privatização da Embasa. Ele fez uma antecipação de receita junto à Caixa Econômica Federal, e o governo César Borges, à época, pegou 400 milhões de antecipação da venda que seria feita da Embasa. Movimentos e números sociais se manifestaram à época do governo César Borges.

Inclusive, nas sondagens que se faziam para realizar uma privatização, constatou-se que nenhuma empresa do país teria interesse naquelas pequenas comunidades. Com isso, ficava o dilema. Quem vai pagar para as pequenas comunidades serem abastecidas? E não digo pequenas comunidades, não digo distritos e povoados, não. Eram os pequenos municípios da Bahia, que nenhuma empresa do país, sondadas que foram, manifestaram interesse. Tinham interesse, naturalmente, Salvador, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, as grandes cidades. As pequenas não tinham interesse. Agregados a isso e os movimentos que foram feitos de vários segmentos organizados da sociedade, deixou-se de fazer a privatização da Embasa, até porque o direito à água é previsto na Constituição.

Nenhum cidadão pode deixar de ter esse benefício, porque estamos falando da sua saúde e de uma maneira de subsistência, sobretudo àqueles que moram nos lugares mais longínquos do nosso Estado.

Mas o governador César Borges já tinha feito essa antecipação de receita dos 400 milhões. Não devolveu esse dinheiro até o final da sua administração. Volta novamente ao governo da Bahia, Paulo Souto. Coube, mais uma vez, àquele que tinha feito um aporte para o fundo de previdência do servidores, pagar esse 400 milhões. Não foi como saiu na matéria dada pelo líder do governo, no *Jornal A Tarde*, dizendo que foi Jaques Wagner que fez o pagamento. É mentira! É inverdade! Quem fez, mais uma vez, o pagamento, foi o ex-governador Paulo Souto.

Concordo com o deputado Rosemberg Pinto, deveríamos subir à tribuna hoje para vermos alternativas viáveis para dar tranquilidade àquele hoje servidor público do Estado, aposentado, que vê o seu futuro obscuro, não só ele, mas aqueles que vierem a se aposentar no nosso Estado, não ter o direito sagrado, na hora em que mais precisam, de receber os seus proventos, fruto de mais de 30 anos de serviços prestados ao nosso Estado.

A nossa obrigação era essa. Mas nos assustamos, deputado Rosemberg Pinto. Falei inclusive com o deputado Zé Raimundo, relator daquela PEC sugerida por mim, e ele até não tinha notado, que se colocou um “s” a mais na sugestão que eu havia dado ao secretário da Fazenda. Esse “s” a mais muda tudo. Por que? Temos hoje dois fundos de previdência. Um que está na porta da falência, que é o Funprev. A sugestão que dei para o secretário Manoel Vitorino, acatada por ele, foi para ajudar, pois já fiz parte do conselho de previdência do Estado. Era para aportarmos onde precisa, que é o Funprev.

Esse projeto encaminhado pelo governo põe “fundos”. Ele está pretendendo fazer aporte no Baprev. Oh, meu Deus! O Baprev foi concebido de uma maneira mais moderna, mais inteligente, para dar garantia de que não terá o rombo que o Funprev tem. Estamos falando de pessoas que entraram no serviço público agora, e esses que estão no Baprev só vão pensar em aposentadoria daqui a mais de 30 anos. Por que muda até esse projeto, colocando um “s” a mais? Para que isso? Se preocupar com quem não precisa de preocupação. O Baprev foi concebido com essa filosofia. Temos de concentrar os nossos esforços no Funprev.

Se está prevendo antecipação de receitas dos *royalties* - que tem um cunho de legalidade, sim, não vou dizer que não; a resolução 43, do Senado prevê; proíbe utilização de recursos dos *royalties* no último ano de governo. É terminantemente proibido, mas tem uma exceção. A exceção é quando for para capitalização dos fundos - podemos até chegar num acordo nesta Casa, mudando a redação. Já solicitei, e a liderança da Oposição vai entrar com uma emenda já no segundo turno, porque agora já não prevê mais, para que, aí, sim, dentro da lei que V.Ex^a colocou, sem mentiras, mas com preocupação dos 63.

Se o problema nosso é o Funprev, vamos dar uma solução. Se acharmos, nas conversas técnicas que tivermos, com desprendimento, algo que possa vir a inviabilizar recursos do futuro governador da Bahia, mas para salvar os aposentados e aqueles que venham a se aposentar em nosso Estado, podemos até discutir esse assunto e aprová-lo.

Logo que iniciar os cinco dias úteis, estarei apresentando ao governador.

O Sr. Capitão Tadeu:- Ao governador?

O Sr. GABAN:- É remota a chance, Capitão Tadeu, mas é uma possibilidade.

Voltando ao assunto, podemos discutir isso. Se não tivermos outra forma de combater esse problemão que temos no Estado, poderemos, até, inviabilizar o futuro governo, que não poderá disponibilizar dos recursos *royalties* que será algo em torno de R\$ 1,6 bilhão para os 4 anos. Podemos até discutir. Mas não se constrói nada falando mentiras. Não se constrói nada colocando mentiras na imprensa. Esse é um desserviço para o Estado da Bahia.

Mas há um assunto, rapidamente, Sr. Presidente, que preocupa muito. De maneira rápida, lirei uma matéria publicada, ontem, no jornal *Folha de S. Paulo*.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, deputado, o seu tempo encontra-se esgotado.

O Sr. GABAN:- Infelizmente, Sr. Presidente, segundo a *Folha*, a Bahia é

recordista do ponto de vista negativo de não dar andamento aos projetos. A Bahia é o último Estado dentre os 27 Estados da Federação. Apenas 5,8% da meta foi atingida. Recorde nacional negativo em casos pendentes de ações civis de improbidade administrativa de 2.099 casos. Se forem crimes contra a administração pública, a Bahia, também, é o último lugar do País, com uma meta de apenas 15,3% atendidos com 1.695 casos.

É uma coisa triste, Sr. Presidente. Mas cabe, ao menos a mim pessoalmente, ter uma expectativa muito grande de que, no futuro, o presidente interino do Tribunal de Justiça, que será o futuro presidente desse tribunal, tire a Bahia dos dois últimos lugares em casos de julgamento de ações.

Este é um desafio que o desembargador Eserval Rocha terá. Mas confio no desembargador. Tenho certeza absoluta de que a maioria esmagadora desta Casa deposita no desembargador Eserval a confiança para que ele tire a Bahia dos dois últimos lugares em ações civis de improbidade administrativa sem julgamento, bem como dos crimes contra a administração pública em que a Bahia encontra-se em último lugar em relação aos julgamentos.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não há de quê.

O Sr. GABAN:- Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o nobre deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, funcionários, minha senhoras e meus senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, assomo à tribuna desta Casa, neste primeiro dia útil de janeiro de 2014, para saudar todos os senhores e desejar um profícuo ano de 2014.

Lamento que as coisas, nesta Casa, sejam sempre feitas permeadas pela desfaçatez e pelo deboche com a opinião pública. Estão sempre presentes, nos parlamentos brasileiros, a hipocrisia, o discurso raso, o cinismo, a mentira na tentativa torpe de alguns que se assemelham ao modo fascista de fazer política e de divulgar as coisas. Lá atrás, no regime de Hitler, eles insistiam que se mentissem, mentissem, à exaustão, a mentira seria, ao longo do tempo, transformada em verdade.

Essa é a prática hodierna desse governo, é a prática, infelizmente, do PT, de inverter a ordem das informações, de subverter as estatísticas, afirmando o que não existe, divulgando, no Extremo Sul, na televisão, as obras que ocorrem no Norte, divulgando no Leste as obras que estão sendo executadas no Oeste, na certeza de que aquela população-alvo que tomou conhecimento daquelas obras, daquelas veiculações na mídia, não vão poder conferir se as informações são verdadeiras, e assim o PT vai lutando à exaustão, embora esteja se exaurindo no poder, a fadiga esteja alcançando esse governo, mas ele vai insistentemente gastando dinheiro, mentindo, mentindo, gastando o dinheiro do povo, na tentativa de se perpetuar no poder. Mas, nas ruas, quem tem ouvidos atentos está auscultando o sentimento da população. Vimos ano passado, no mês de junho, um movimento que não foi um movimento que o povo brasileiro esteja habituado a fazer, mas foi algo singular nesta República chamada Brasil. O povo foi para a rua na tentativa, pelo menos imagino eu, não de reformar a política, mas de reformar a forma de os políticos fazerem política.

Aquele movimento não cessou, aquele movimento está de *stand by* e, no momento certo, não tenho dúvida, o povo voltará às ruas, deputado Gaban, que está inscrito para demonstrar a sua insatisfação. Não é possível que o povo brasileiro seja cordeiro. Demonstrou que não é e que terá capacidade de voltar às ruas em um movimento formidável, quiçá no mês de junho deste ano, para repetir aquele movimento bonito que encantou pelas suas características democráticas, encantou todas as gerações, todas as etnias e todos os credos neste País, para dizer em alto e bom som, deputado Bruno Reis, que o povo brasileiro não está satisfeito, porque se está utilizando essa Copa do Mundo como o ópio da população, na tentativa de que o Carnaval e o futebol sejam o ópio da população, que o povo brasileiro não é capaz de fazer revolução, como já diziam alguns, porque no dia de se iniciar a revolução basta se colocar trio elétrico nas ruas e o times que movimentam as massas, abrir a porta dos estádios...

O povo brasileiro já demonstrou em junho passado e irá demonstrar novamente em junho deste ano que não perdeu a sua capacidade de se indignar, e vai levar para as ruas a sua insatisfação com a corrupção escancarada que está por trás, pela frente e pelos lados dessa Copa do Mundo no Brasil.

Eu fico a me perguntar: um País, um Estado, em que para se prevenir o câncer de mama tem data marcada: é no “Outubro Rosa”. No Estado, deputado Gaban, para se prevenir o câncer de próstata tem data: é no mês de novembro, quando as atenções se voltam para esse tipo de câncer. E a prevenção do câncer de mama é em outubro, porque não se tem dinheiro para fazer essa prevenção diuturnamente. A do rico é feita diuturnamente. A prevenção dos cânceres de próstata ou mama é feita todos os dias do ano por quem pode pagar. Mas a população desassistida, aquela que tem como plano de saúde o cartão do SUS, infelizmente tem apenas o dia certo e a hora certa para se proteger desses cânceres.

Estou nesta tribuna rogando a Deus que 2014 possa ser um ano para todos nós com mais educação e a Bahia não precise do Topa, mas sim duma política educacional efetiva, eficaz e eficiente na qual não se prolifere a grande indústria da

educação que tem se proliferado neste Estado. Quando ela se prolifera num Estado como tem se proliferado aqui, onde poucos ganham tanto através da educação particular, é porque ele faliu e não foi capaz de oferecer à população jovem deste País, àqueles que querem estudar, uma educação pública de qualidade.

E quando vence também, deputado Gaban, a proliferação das empresas privadas de segurança pública e se vê proliferarem nos bairros pobres e mais humildes as grades nas portas e janelas das casas todas, e nos ricos as cercas elétricas, é o recibo, o recado que a população está passando, mandando para o poder público, para todos nós políticos, de que não existe uma política eficiente de segurança pública.

Então também rogo a Deus que possamos melhorar isso, independentemente do governador que aí está. Vou querer no final do ano, se ele adotar medidas eficientes, uma política de educação e segurança pública eficiente, vir aqui para agradecer-lhe e louvá-lo, porque o que está em jogo não são os matizes nem as cores partidárias, e sim a melhoria da vida da população, o seu bem comum.

Concluo dizendo, deputado Gaban, que de igual modo desejo a todos uma política de saúde pública eficiente, eficaz para que a população da Bahia possa estar hospedada e morando num Estado onde o cartão do SUS possa representar um cartão de plano de saúde. E não quero dizer *top* de linha, mas que proporcione uma segurança média ao cidadão pobre deste País, a garantia de uma saúde pública de mediana qualidade, pelo menos.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- De maneira rápida, para não prejudicar o seu pronunciamento, quero parabenizá-lo pela fala equilibrada.

Na realidade, deputado Targino, o que gostaríamos de ver era uma política, uma gestão adotada pelo governo voltada principalmente àqueles três ou quatro itens a que a Constituição nos dá direito: moradia decente, saúde, educação e segurança pública. Infelizmente não temos isso quando não temos uma gestão eficiente. E começamos o ano com mentiras, assunto que V.Ex^a abordou ao iniciar o seu discurso, inverdades ditas pelo Líder do governo. Isso não constrói uma democracia, e não é assim que vamos ter uma sociedade mais justa em nosso Estado.

Mas parabéns pela preocupação que o senhor tem. Como médico está sempre preocupado, sobretudo, com a saúde da população mais carente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Concluindo, Sr. Presidente, deputado Yulo Oiticica, tenha a certeza de que a simpatia de V.Ex^a nos contamina a todos. Tenho um grande apreço por V.Ex^a.

Quero dizer-lhe, e mando um recado para todos os que me ouvem, que não me referi, aqui, à mentira proferida pelo nobre Líder do governo por uma só razão. Nós, de Feira de Santana, já estamos acostumados com isso, não é mais surpresa. Está escrito no *blog Dilton e Feito*, Dilton é amigo pessoal do Líder do governo, deputado Zé Neto: “Nem currículo o funcionário nomeado pelo PT tinha, mas eu negocie para

ele ficar”.

V.Ex^a sabe de quem estou falando, até porque esse camarada, o Danilo, companheiro do vereador Pablo, grande revelação da política de Feira de Santana, vota com V.Ex^a e deverá votar novamente. Só não concordo com a afirmação do deputado Zé Neto de que o moço não tinha currículo que pudesse contemplar suas satisfações pessoais. Mas não acredito que o governador Wagner fosse nomear alguém sem currículo, apenas com a indicação do Líder do governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua compreensão.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o do DEM para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, inicialmente, por 5 minutos, falará o nobre deputado Sandro Régis. Em seguida, pelo tempo restante, o deputado que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna neste dia 2 de janeiro para parabenizar o prefeito ACM Neto pelo grande *réveillon* que Salvador recebeu no seu primeiro ano de mandato. Salvador, agora, entra definitivamente no roteiro dos maiores *réveillons* do Brasil. Nesse primeiro ano de administração, o prefeito demonstra que com capacidade, coragem de trabalhar e competência se consegue resolver os problemas.

Imaginem V.Exs^a que o prefeito ACM Neto recebeu do ex-prefeito João Henrique uma Salvador destrozada e em 1 ano ele já a coloca em um ritmo acelerado de obras, recuperando o prestígio desta capital. Ele encerrou seu primeiro ano com um *réveillon* tão grande ou maior do que o do Rio de Janeiro.

Imagine, deputado Bruno Reis, que a turma do PT quer falar de 8 anos atrás – quer falar de 8 anos atrás! –, enquanto o modelo de gestão do Democratas ensina como se deve trabalhar, como se deve tratar o dinheiro público. É o modelo de gestão da eficiência, da competência e, acima de tudo, da gestão com o comprometimento com a verdade e a eficácia da ação.

Imagine, deputado Adolfoinho, se o prefeito ficasse, ao longo do seu primeiro ano, só reclamando do que recebeu! Ele não poderia asfaltar Salvador quase toda, não poderia iniciar as obras das orlas, que vai desde a Ribeira ao Porto da Barra, nobre deputado Bruno Reis. Não poderia, deputado Adolfo Viana, dar o abono que ele deu aos professores – nunca na história desta capital ocorreu uma valorização dessas com

a rede municipal dos professores. Isso é trabalho! Isso é competência! Isso, deputada Maria Luiza, é coisa que V.Exª não conhece! É comprometimento com o dinheiro público, que o seu partido não conhece! Isso é competência, deputada Maria Luiza!

A Srª Luiza Maia:- Sou Luiza Maia, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Não tenha dúvida, deputada Luiza Maia, de que o prefeito ACM Neto será considerado o melhor prefeito do Brasil, porque nós fazemos assim, é a nossa marca do trabalho, deputado Rosemberg, é o nosso carimbo...

(A deputada Luiza Maia fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, senhores e senhoras, há um deputado na tribuna.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Presidente, por favor, pede o Gardenal para a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, há um deputado na tribuna.

O Sr. Mário Negromonte Júnior: - V.Exª me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com a palavra o nobre Líder, deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Deputado Sandro Régis, gostaria de neste meu aparte parabenizar o prefeito ACM Neto pelo *Réveillon* que ele fez aqui na Praça Cairu. Algumas pessoas acreditavam que aquele não era o melhor espaço para se realizar o *Réveillon* na capital, que tradicionalmente sempre foi na Barra. Acompanhei a festa de longe, pois, como tenho uma filha pequena, não pude ir à praia nem para outro lugar. Enfim, não participei do *Réveillon*, mas acompanhei pela televisão.

Parabenizo também o policiamento muito competente. Se não me engano, até onde acompanhei, foram 56 pequenos furtos, não houve nenhuma morte. Ficamos muito felizes de a Bahia ter passado em diversos locais do Brasil, em diversas emissoras, ver Caetano, Gil fazendo show maravilhoso para mais de 150 mil pessoas. O governo do Estado também ajudou repassando recursos para o *Réveillon*. E tenho certeza de que no próximo ano vai ser melhor ainda, ou lá na própria Praça Cairu ou voltando ao Farol da Barra. Portanto, queria parabenizar o prefeito ACM Neto pelo belíssimo *Réveillon* que tivemos aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente.

Quero incorporar o aparte do deputado Mário Negromonte Júnior e dizer que, com certeza, no próximo ano o *Réveillon* vai ser muito melhor, não só porque o prefeito ACM Neto irá conseguir superar o de 2014, como no dia 1º a Bahia terá um novo governador que represente todos os baianos e não seja um governador apenas amigo do ex-governador.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Bruno Reis. V.Exª dispõe até de 6 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, estamos chegando ao final do tempo das Lideranças Partidárias e não ouvimos a palavra do Líder do governo sobre o desafio que propomos.

Recapitulando: hoje o Líder, através do jornal *A Tarde*, que ele está imensamente debatendo, ele fez duas afirmativas, todas as duas improcedentes. A primeira, de que o governador Paulo Souto não havia colocado no Fundo recursos da privatização da Coelba. Eu provei a ele que foram colocados quase 30%, sem ter obrigação, no último ano do mandato e que foi um ato nobre de um grande homem público, de reconhecimento e importância dos servidores públicos para o Estado da Bahia.

A segunda afirmativa feita pelo Líder em relação à privatização da Embasa, avocando ou se autopromovendo, dizendo que tinha sido este governo que havia feito a devolução. Eu fiz um desafio ao Líder: se tivesse sido o governador Paulo Souto, a Oposição votaria, já poderíamos até ter encerrado esta sessão e apreciado a matéria. Mas, se tivesse sido o governador Jaques Wagner, que ele suspendesse a tramitação desse projeto. Ele veio à tribuna desta Casa e não fez qualquer menção ao desafio que propusemos.

Já estamos encerrando, é quase o último horário, e ele até agora não utilizou a tribuna para se manifestar ou se posicionar. Poderia, pelo menos, ter a dignidade de dizer que faltou com a verdade e pedir desculpas ao ex-governador. Mas nem isso ele fez. E nós, da Oposição, estamos aqui, nobre deputado Carlos Brasileiro – sei que V.Ex^{as} vão tentar aprovar no âmbito das comissões o parecer para a tramitação da PEC –, para obstruir até o último minuto.

E também vamos recorrer à Justiça, só que agora – diferentemente das outras vezes, por se tratar de *royalties* –, na Justiça Federal. E lá a história é bem diferente. E aí quero ver como será o posicionamento da Justiça, porque uma operação dessas, de antecipação de receita dos *royalties* pelos próximos 5 anos, não pode ser feita no último ano de governo, mesmo que seja para capitalizar o fundo. E duvidamos que isso ocorra! Capitalizar é você destinar dinheiro ao fundo além da receita que tem de se colocar mês a mês, ano a ano. E o que o Estado quer fazer é cobrir o rombo que existe.

Com base nesses dois argumentos, vamos bater à porta do Judiciário, e espero que a justiça prevaleça. E, ao final, todo este esforço, toda esta mobilização da base do governo – que está aqui cansada do *réveillon*, da virada do ano, mas foi instigada a estar aqui –, ao final, com base na soberania da Justiça brasileira, esse projeto tenha impedida a sua aprovação nesta Casa por ferir claramente as leis em vigor.

Nobre Líder Zé Neto, V.Ex^a perdeu a oportunidade de iniciarmos o ano num clima melhor. Já se inicia num clima pior do que o do ano que se encerrou, justamente pela postura que V.Ex^a tem tido na condução da Bancada do governo. Hoje, a tônica dos debates nesta Casa foram as suas afirmações inverídicas e improcedentes, publicadas pelo jornal *A Tarde*. Porque o que V.Ex^{as} querem fazer, mas não têm como justificar, é inviabilizar a gestão futura. O Estado já tem o compromisso de 15 anos de R\$ 110 milhões da Arena Fonte Nova, vai ter de R\$ 200

milhões do metrô...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado, V.Ex^a tem 30 segundos.

O Sr. BRUNO REIS:- (...) e a partir dos próximos 4 anos ficará sem R\$ 1,00 sequer da receita dos *royalties*. Isso é uma irresponsabilidade! É um absurdo! Querem inviabilizar a gestão futura pelo problema, nobre deputado Rosemberg Pinto, criado por V.Ex^{as}. Foram V.Ex^{as} que não fizeram o dever de casa...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, deputado, conclua.

O Sr. BRUNO REIS:- (...) que não tiveram a capacidade de calcular as despesas com os pensionistas e com os aposentados, que era somente matemática. Se tivessem utilizado recursos para cobrir ano a ano o que cabe ao Estado depositar, a situação hoje não seria esta.

Então, não queiram transferir responsabilidades. Assumam a responsabilidade de vocês! Cortem o custeio. Cortem as despesas pois há recursos. Só não há prioridade para o PT!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou Líder da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador a indicar.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não havendo orador a indicar, questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, assistindo ao esvaziamento do Plenário neste momento, utilizo esta questão de ordem para solicitar a V.Ex^a proceder a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Solicito uma verificação de quórum nominal, zerar o painel e convocar os Srs. Deputados que, porventura, estejam nos seus gabinetes ou nas demais dependências da Casa para comparecerem ao Plenário, pois haverá uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão extraordinária.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a será atendido, deputado Targino Machado.

Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, atendendo ao pedido do deputado Targino, gostaria de que V.Ex^a zerasse o painel e marcasse o tempo regimental para que os Srs. Deputados, que estão em seus gabinetes ou em quaisquer outras dependências desta Assembleia, viessem ao Plenário a fim de registrar as suas presenças, pois será lido o parecer do projeto de lei dos *royalties*. Nós gostaríamos de que todos os deputados estivessem, a partir de agora, presentes aqui no Plenário, pois tão logo seja lido o referido parecer, vamos ter o quórum de votação para aprovação do parecer.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não, deputado Carlos Brasileiro. V.Ex^a, também, será atendido.

Solicito zerar o painel e marcar os 15 minutos.

Srs. Deputados e Deputadas, há dois pedidos de verificação de quórum para continuidade da sessão solicitados pelos deputados Targino e Carlos Brasileiro. Solicito o comparecimento dos deputados a este Plenário para registrar as suas respectivas presenças.

Deputados Carlos Brasileiro e Targino Machado, por favor, registrem as suas presenças. (Pausa.)

Por favor, os deputados, presentes em Plenário, que queiram marcar as suas presenças, o façam imediatamente.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pela ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, queria, neste momento, desejar um 2014 muito exitoso para todos os deputados desta Casa, seus familiares, muita saúde, muita paz e tranquilidade ao tempo em que queria renovar o apelo já feito pela Liderança do Governo e pelo deputado Targino, pois há duas questões de ordem nas quais se pedem a verificação de quórum para continuidade da presente sessão extraordinária.

Então, gostaríamos de convidar todos os deputados que se encontram no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca desta Casa, já fazendo pesquisas e avaliações conjunturais para 2014, para comparecer a este Plenário, pois existem dois pedidos de questão de ordem com verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão.

Já temos, no momento, 19 Srs. Deputados presentes. Portanto, faltam, apenas, dois deputados. A deputada Ângela chega agora e o deputado Carlos Ubaldino também. |Assim, vamos estar reconstituindo o quórum desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Já havendo quórum de continuidade da sessão, vamos entrar na Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Matéria em regime ordinário. Proposta de Emenda Constitucional nº 134/2013, de procedência do Poder Executivo.

PROPOSTA DE EMENDA Nº 134/2013

Altera o *caput* do art. 204 da Constituição do Estado da Bahia.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA,
no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição do Estado da Bahia,
promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - O *caput* do art. 204 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação e incisos:

“Art. 204 - Os recursos financeiros destinados ao Estado, resultantes da participação na exploração dos potenciais de energia hidráulica, petróleo, gás natural e outros recursos minerais, serão aplicados, na proporção em que a lei estabelecer, em:

I - educação e saúde;

II - gestão e preservação dos recursos hídricos e minerais;

II - geração de energia e energização rural;

III - aporte em fundo de previdência dos servidores estaduais.

.....”

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano para fazer a leitura do parecer no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça

A Sra. MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Yulo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, antes de fazer a leitura deste parecer, quero desejar a todos e todas um feliz ano-novo repleto de saúde, paz e felicidade! Que Deus ilumine a todos vocês e abra caminho onde não tenha caminho para a felicidade de todos nós! E que este ano seja melhor do que o de 2013 para que possamos fluir resultados e benefícios para o nosso povo, que confiou em nós para estarmos aqui.

(Lê) *“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, à proposta de Emenda à Constituição nº 134/2013, de autoria do Poder Executivo, a qual 'Altera o caput do art. 204 da Constituição do Estado da Bahia.'*

A proposição que ora passo a relatar, encaminhada à Assembleia Legislativa pelo Exmº Sr. Governador do Estado, destina-se a alterar o caput do art. 204 da Constituição do Estado, objetivando 'possibilitar que os recursos oriundos da participação na exploração dos potenciais de energia hidráulica, petróleo, gás natural e outros recursos minerais também possam ser aplicados para capitalização de fundos financeiros do Regime Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, conforme autoriza o § 2º do art. 8º da Lei Federal nº 7.990, de 28 de

dezembro de 1989', segundo expõe o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que a medida possibilitará 'estabelecer uma nova receita contributiva para o financiamento do sistema previdenciário baiano, como medida estruturante que garantirá o pagamento dos futuros aposentados e pensionistas.'

Cabe, ainda, registrar que a PEC ora analisada vem também adequar o texto da Carta Estadual à Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação dos royalties para as áreas de saúde e educação.

Trata-se, assim, de proposta de relevante interesse público, porquanto destina-se a assegurar mais recursos para o Sistema Previdenciário dos Servidores Públicos e para as áreas de saúde e educação, possibilitando um melhor atendimento à população nessas áreas.

A proposta recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Paulo Azi, com subscrição de diversos outros Parlamentares, estabelecendo que os recursos dos royalties para a previdência dos servidores sejam destinados exclusivamente à capitalização do fundo previdenciário, 'objetivando fortalecê-lo financeiramente', e que não sejam apenas destinados a pagar despesas com salários dos aposentados e custeio do FUNPREV, segundo afirma a justificativa.

Opino pela aceitação parcial da emenda, considerando que o texto proposto está em consonância com o § 2º do art. 8º da Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que prevê a possibilidade de destinação dos recursos originários das compensações financeiras resultantes da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, para capitalização de fundos de previdência.

Assim, considerando que a emenda proposta irá compatibilizar o conteúdo da Proposta de Emenda Constitucional com seu objetivo precípuo, contribuindo para o aperfeiçoamento do texto normativo, deve a mesma ser acolhida, contudo parcialmente, nos termos da Emenda de Relator que se propõe, para meros ajustes redacionais.

Emenda de relator: Modifique-se o art. 1º da PEC nº 134/2013, para alterar a redação proposta ao inciso III do art. 204 da Constituição do Estado da Bahia, na forma seguinte:

“Art. 1º -

III - aporte para capitalização de fundo de previdência dos servidores estaduais.

.....”

Justificativa: existem no Estado da Bahia dois fundos ligados à previdência: o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, que abriga todos os servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos poderes do Estado, ingressos no serviço público até o dia 31 de dezembro de 2007, e o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - BAPREV, que abriga todos os servidores públicos estatutários,

civis e militares, de quaisquer dos poderes do Estado, ingressos no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, recomenda-se a substituição da expressão "capitalização do fundo de previdência" por "capitalização de fundo de previdência", para que estejam abarcados os dois Fundos na nova distribuição dos royalties.

Ante o exposto, e considerando que a proposta atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pelo acatamento parcial da Emenda nº 1, com a redação proposta na Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j. “

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para discutir no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito, por desconhecer, naturalmente, o teor do parecer da deputada, vistas ao processo.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não, V.Exª tem até 48 horas para apresentar...

O Sr. Gaban:- Será cumprido, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não havendo mais projeto na Ordem do Dia, antes, porém, lembrando que fica prejudicada a extraordinária convocada, encerramos a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*